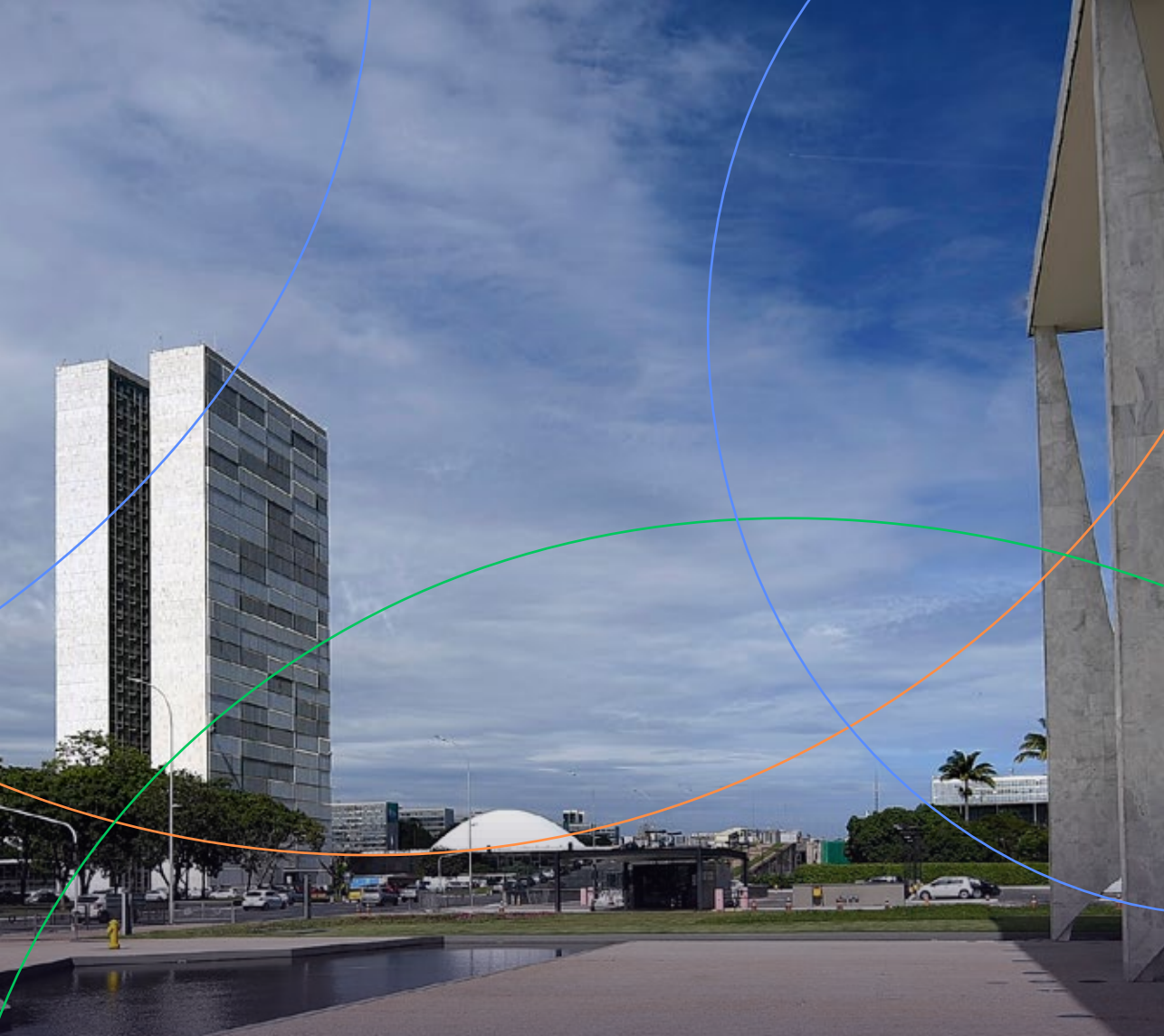


A NOVA COMPOSIÇÃO DAS COMISSÕES DA CÂMARA E OS IMPACTOS PARA O COOP

ANÁLISE POLÍTICA - ANO 5 - 129ª EDIÇÃO

representacoop SistemaOCB BMJ CONSULTORES ASSOCIADOS

APRESENTAÇÃO

Na última semana, foi iniciada a instalação das comissões permanentes da Câmara dos Deputados. Ao contrário do Senado, onde o mandato dos presidentes possui a duração de dois anos, os deputados precisam eleger as presidências de todas as comissões temáticas anualmente.

Como as indicações devem respeitar o critério da proporcionalidade, os partidos com o maior número de parlamentares possuem a prerrogativa de escolher primeiro as comissões mais estratégicas, seja pela sua importância no processo legislativo, como as comissões de Constituição e Justiça e de Cidadania (CCJC) e de Finanças e Tributação (CFT), seja pela temática, como as de Saúde (CSAUDE) e de Educação (CE).

Sob o ponto de vista político e institucional, sobremaneira acerca da relação entre os poderes, a escolha dos nomes que estarão à frente das comissões em 2024 evidencia o protagonismo e a autonomia cada vez maior dos parlamentares nas decisões afetas ao Poder Legislativo. Em outras palavras, o perfil da Câmara, com a maioria de deputados de direita e centro-direita, deverá impor ao governo desafios no diálogo com as lideranças da Casa tanto em plenário como nas comissões.

Com mais de 5 mil proposições com impacto direto ao cooperativismo monitoradas no Congresso Nacional, o Sistema OCB está atento às discussões relacionadas à composição das comissões permanentes da Câmara, tendo em vista a discussão da sua pauta estratégica, como no caso da regulamentação da reforma tributária e do aprimoramento dos marcos legais que impactam o modelo societário cooperativo.

Nesta edição do nosso boletim "Análise Política", em parceria com a BMJ Consultores Associados, traremos a composição das comissões, o cenário político e as perspectivas para o cooperativismo.

DESEJAMOS A TODOS UMA ÓTIMA LEITURA!

OS BASTIDORES DA ARTICULAÇÃO POLÍTICA

- As comissões temáticas da Câmara têm obtido papel cada vez mais relevante na discussão de proposições legislativas, principalmente na destinação de recursos do Orçamento;
- Além da importância das comissões no processo legislativo e da sua relevância na destinação de recursos orçamentários, a sucessão da presidência da Câmara também esteve presente no cálculo político dos parlamentares.

O início do mês de março foi marcado pelas importantes disputas e negociações travadas entre os partidos para definir quem comandaria as comissões permanentes da Câmara dos Deputados pelos próximos 12 meses.

Ao todo, a Câmara possui 30 comissões temáticas responsáveis por realizarem uma ampla e profunda discussão sobre temas de seu interesse. Elas podem apresentar pareceres sobre as propostas antes que sejam votadas pelo Plenário ou votá-las em caráter conclusivo, sem a necessidade de avaliação pelo Plenário.

A disputa pelo controle dos colegiados envolve diversos fatores, como a relevância da Comissão no processo legislativo e o poder financeiro de destinação de emendas parlamentares. Em 2024, o valor destinado às emendas de comissão saltou de R$ 1 bilhão no fim do governo anterior para cerca de R$ 11 bilhões, com possibilidade de chegar a mais de R$ 16 bilhões, caso o veto sobre o tema seja derrubado.

Ao contrário das emendas individuais, as de comissão não são impositivas. Contudo, como forma de suprir o fim das emendas de relator (RP9), elas foram potencializadas, aumentando, portando, o poder dos colegiados e as disputas em torno de seus comandos.

Outro aspecto que reforça a relevância das comissões permanentes na Câmara dos Deputados diz respeito à quantidade de projetos transformados em norma jurídica e que passaram por comissões em caráter conclusivo, em comparação com aquelas que tramitaram pelo Plenário.

NÚMERO DE PROPOSIÇÕES VOTADAS PELA CÂMARA QUE SE TORNARAM LEI NOS ÚLTIMOS 5 ANOS

2019	Plenário	104	216
	Comissões	112	
2020	Plenário	110	127
	Comissões	17	
2021	Plenário	167	191
	Comissões	24	
2022	Plenário	218	407
	Comissões	189	
2023	Plenário	180	401
	Comissões	221	

Fonte: Elaborado pelo Sistema OCB, com informações da Câmara dos Deputados.

Em 2020 e 2021, em razão do distanciamento social imposto pela pandemia da Covid-19, o processo legislativo foi adaptado para dar mais celeridade à aprovação de matérias importantes, concentrando as atividades legislativas no Plenário. Findada a crise sanitária, as Comissões voltaram a ocupar um papel fundamental na aprovação de proposições, se consolidando como espaços essenciais de discussão de políticas públicas e destinação de recursos do orçamento.

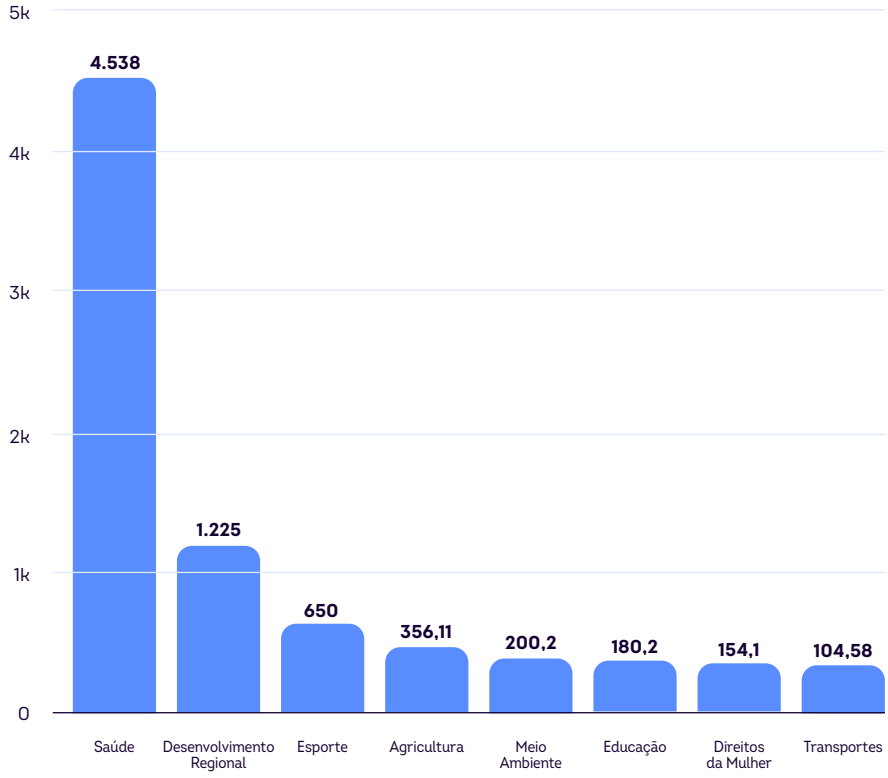
No caso da Comissão de Constituição e Justiça e deCidadania (CCJC), a disputa se dá em razão da sua centralidade nas discussões, já que todas as proposições em tramitação na Câmara devem ter sua constitucionalidade avaliada pelo colegiado, em decisão terminativa. Sob a mesma perspectiva, podemos citar a Comissão de Finanças e Tributação (CFT), onde se concentram a maior parte das matérias com impacto fiscal e orçamentário aos cofres públicos.

A Comissão Mista de Orçamento (CMO), em razão de ter papel central na destinação de recursos públicos, também se apresenta como uma das mais cobiçadas do Congresso. Vale destacar que a presidência e a relatoria da CMO são alternadas anualmente entre a Câmara e o Senado. Em 2024, os deputados indicam o presidente, enquanto fica a cargo dos senadores a escolha do relator.

Além disso, comissões como a de Saúde, de Integração Nacional e Desenvolvimento Regional, de Esportes, de Educação e de Agricultura também se incluem entre as mais disputadas em razão do alto volume de recursos disponíveis para emendas no Orçamento.

EMENDAS DE COMISSÃO NO ORÇAMENTO 2024 (EM R$ MILHÕES)

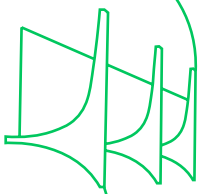
Valores não incluem R$ 5,6 bilhões vetados por Lula, que governo promete recompor



Fonte: Câmara dos Deputados

Ainda há outras comissões com direito a emendas, mas em valores inferiores.

PRESSÃO SOBRE O EXECUTIVO



- O resultado das eleições para as comissões evidencia um cenário de arranjos para a governabilidade que compreenderá um esforço do Executivo para além do colégio de líderes e do presidente da Câmara.
- Com os olhos na sucessão da presidência da Câmara, o partido União Brasil, que comanda três ministérios na Esplanada, renunciou ao comando de comissões relevantes para o PL e o PSDB.

Até o momento, após longas rodadas de negociação entre as lideranças partidárias, foram definidas as presidências de 27 comissões permanentes da Câmara dos Deputados.

Com a maior bancada, o Partido Liberal (PL) fez suas escolhas estrategicamente, optando pela Comissão de Constituição e Justiça e de Cidadania (CCJC), reconhecida por sua relevância no processo legislativo, e pela Comissão de Educação (CE), não apenas pelo seu significado simbólico e pelo seu impacto nas discussões junto à opinião pública, mas também pelo considerável volume de suas emendas, totalizando R$ 180,2 milhões.

No entanto, tais decisões não foram isentas de polêmica, especialmente com a eleição de Caroline de Toni (SC) e Nikolas Ferreira (MG) para liderar, respectivamente, a CCJC e a CE. Ambos os parlamentares têm um histórico de embates com o governo e são figuras proeminentes da oposição, o que adiciona um novo elemento de tensão ao contexto político.

Já a Comissão de Saúde (CSAUDE), que possui o maior montante de emendas – R$ 4,5 bilhões – foi a escolha principal da Federação PT-PCdoB-PV.

No que diz respeito à articulação política, cabe destacar a decisão do União Brasil (UB), partido que comanda três ministérios, e que cedeu o comando de duas comissões a partidos de oposição: a Comissão de Segurança Pública e a Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional, que ficaram, respectivamente com PL e PSDB.

O resultado das eleições das comissões evidencia um cenário de arranjos para a governabilidade que compreenderá um esforço do Executivo para além do colégio de líderes e do presidente da Câmara. Em outra perspectiva, a partir de agora o governo tende a depender ainda mais do atual presidente da Casa, Arthur Lira, para impedir que pautas polêmicas das comissões avancem também no Plenário.

O fato de o União Brasil ter renunciado ao comando de colegiados relevantes pode ser visto como um favor a outros partidos no processo da sucessão da presidência da Câmara. A ideia é que a retribuição seja feita na forma de apoio ao líder do partido, Elmar Nascimento (BA), na disputa pelo comando da Casa, no início de 2025.

Paralelamente, conforme dados do Índice de Governabilidade (I-GOV) da 4intelligence, a dimensão legislativa ainda se apresenta como um obstáculo para construção da governabilidade do Poder Executivo. A título de comparação, em fevereiro de 2004, o Governo Federal apresentou um índice de 74% de governabilidade, enquanto em fevereiro de 2024 o índice atingiu a marca de 43%.

Por outro lado, parlamentares governistas defendem que, apesar das derrotas nas disputas pelo comando das comissões, a base de apoio do governo está mais estável do que no ano passado. Eles afirmam que isso se reflete na composição dos colegiados, onde ainda têm uma presença significativa, e também destacam que as pautas prioritárias do governo não estão sendo travadas em comissões da Câmara.

COMPOSIÇÃO DAS COMISSÕES PARA O COOPERATIVISMO

- Os projetos de lei prioritários para o coop estão concentrados, principalmente, em seis comissões da Câmara, dentre elas, a Comissão de Constituição e Justiça e de Cidadania (CCJC), a Comissão de Finanças e Tributação (CFT) e a Comissão de Trabalho (CTRAB).
- Outro ponto de atenção é a CMO, visto o impacto da atuação no processo legislativo orçamentário para a priorização de políticas públicas de fomento ao cooperativismo.

O Sistema OCB acompanha, no Congresso Nacional, mais de 5 mil proposições com impacto direto ao cooperativismo. Neste ano de 2024, a representação institucional do movimento cooperativista estará focada em propostas relacionadas à regulamentação da Reforma Tributária e no aprimoramento de marcos legais que impactam o modelo societário cooperativo.

Como essas proposições legislativas prioritárias para o cooperativismo estão concentradas em algumas comissões da Câmara, o Sistema OCB tem buscado ampliar sua articulação junto a esses colegiados, com destaque para a Comissão de Constituição e Justiça e de Cidadania (CCJC), a Comissão de Finanças e Tributação (CFT) e a Comissão de Trabalho (CTRAB), dentre outras.

O principal objetivo é promover a aprovação de legislações que fortaleçam e promovam o desenvolvimento do cooperativismo no país, em uma atuação conjunta com a Frente Parlamentar do Cooperativismo (Frencoop).

O coop também tem atuado de forma mais estruturada e sistemática durante o processo de formulação do Orçamento Federal, para garantir a continuidade de programas relevantes para cooperativas, bem como a destinação de recursos oriundos de emendas parlamentares.

Ainda não há definição em torno da presidência da Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização (CMO). Como essa instância é composta por membros tanto da Câmara quanto do Senado, a presidência dessa comissão é alternada entre um deputado e um senador a cada ano. Isso garante a representatividade e a participação equitativa de ambas as casas legislativas no processo de elaboração e aprovação do Orçamento Geral da União. Desta forma, seguindo o rodízio, em 2024, a presidência ficará a cargo da Câmara e a relatoria será de um senador.

COMISSÕES DE DESTAQUE

1. Comissão de Constituição e Justiça e de Cidadania (CCJC)

Atribuições da Comissão:
Analisar a constitucionalidade, juridicidade e técnica legislativa de todos os projetos que tramitam na Câmara. Ademais, à CCJC incumbe emitir parecer, quanto ao mérito, sobre as matérias de competência da União, ressalvadas as atribuições das demais comissões.

Presidente: Caroline de Toni (PL/SC)
Advogada, está em seu segundo mandato como deputada federal e foi a candidata que recebeu mais votos em Santa Catarina nas eleições de 2022. Foi vice-líder do governo na Câmara durante a gestão Bolsonaro e do então PSL e já esteve na vice-presidência da CCJC em 2019.

O que esperar em 2024?
Sob o comando PL, a expectativa é de que a CCJC avance em temáticas defendidas pela oposição, como a limitação de decisões monocráticas pelo Supremo Tribunal Federal na forma da Proposta de Emenda à Constituição nº 8/2021. Em razão da complexidade e amplitude dos trabalhos da CCJC, a maior parte das deliberações depende de acordos prévios, o que pode representar um desafio para temáticas consideradas polêmicas.

PRIORIDADES DO COOP NA CCJ:

- **PL 10.273/2018** (Taxa de Controle e Fiscalização Ambiental – TCFA)
- **PL 488/2011** (Segurado Especial)
- **PLP 271/2005** (Ato Cooperativo)
- **PL 4035/2021** (PIS/COFINS para cooperativas de reciclagem)

Emendas de Comissão 2024: R$ 15.125.771*

* Valor impactado por veto do Poder Executivo e pendente de deliberação pelo Congresso Nacional

2. Comissão de Finanças e Tributação (CFT)

Atribuições da Comissão:
Analisar a adequação financeira e orçamentária. Também discute o mérito de projetos relacionados a: sistema financeiro nacional; mercado financeiro; crédito; sistema tributário nacional; administração fiscal, entre outros temas.

Presidente: Mário Negromonte Jr. (PP/BA)
Advogado, vem de família influente na política baiana. Seu pai, Mário Negromonte, foi deputado federal e chefiou o Ministério das Cidades no Governo Dilma, de 2011 a 2012. Iniciou sua carreira política na Assembleia Legislativa da Bahia, onde permaneceu por um mandato, de 2011 a 2015. Foi eleito deputado federal em 2014 e, atualmente, está em seu terceiro mandato na Câmara dos Deputados. Possui perfil pragmático, orientado a negociações, e a sua indicação à presidência do colegiado contou com o aval de Arthur Lira (AL).

O que esperar em 2024?
O seu papel é avaliar a observância de exigências estabelecidas na legislação financeira e orçamentária e, em regra, todos os projetos que possam gerar despesas ao Estado devem ser submetidos à análise do colegiado. É por esse aspecto que a comissão acumula um volume extenso de proposições pendentes de deliberação. Nesse sentido, o presidente do colegiado é uma das autoridades que podem auxiliar no avanço e na priorização de pautas setoriais, na medida em que é um dos responsáveis pela elaboração da pauta de votações

PRIORIDADES DO COOP NA CFT:

- **PL 3351/2019** (Tributação de aplicações financeiras de cooperativas)
- **PLP 138/2022** (Base de cálculo da saída de insumos)
- **PL 4334/2020** (Emolumentos cartoriais)
- **PL 912/2022** (Cooperativismo de crédito e Fundos Constitucionais)

Emendas de Comissão 2024: R$ 600.000*

* Valor impactado por veto do Poder Executivo e pendente de deliberação pelo Congresso Nacional

3. Comissão de Agricultura, Pecuária, Abastecimento e Desenvolvimento Rural (CAPADR)

Atribuições da Comissão:
Deliberar sobre política agrícola e assuntos atinentes à agricultura e à pesca profissional, bem como sobre questões relacionadas a insumos, abastecimento, defesa sanitária, reforma agrária, justiça agrária e direito agrário.

Presidente: Vicentinho Júnior (PP/TO)
Exerce o seu terceiro mandato como deputado federal e é filho do ex-senador Vicentinho Alves. É o presidente do PP no estado de Tocantins e o vice-presidente da Região Norte da Frente Parlamentar da Agropecuária (FPA). Apresentou projetos de diversas áreas como cultura, meio ambiente, esporte, defesa do consumidor, saúde e educação.

O que esperar em 2024?
Tendo em vista os impactos das intempéries climáticas para o setor produtivo, espera-se que pautas relacionadas à política de crédito rural, ao seguro agrícola e à renegociação de dívidas de produtores sejam destaque no período.

PRIORIDADES DO COOP NA CAPADR:

Atualmente, não há matéria de alto impacto para o cooperativismo em análise na comissão. Porém, no âmbito, do colegiado são debatidas diversas políticas públicas prioritárias como: política de crédito e seguro rural; Programa de Aquisição de Alimentos (PAA) e demais modalidades de contratação pública da agricultura familiar; descarbonização das cadeias produtivas, defensivos agrícolas, entre outros.

Emendas de Comissão 2024: R$ 161.210.000*

* Valor impactado por veto do Poder Executivo e pendente de deliberação pelo Congresso Nacional

4. Comissão de Desenvolvimento Econômico (CDE)

Atribuições da Comissão:
Analisar legislações relativas ao direito econômico e à ordem econômica nacional, bem como ao sistema monetário e à atividade econômica estatal, incluindo programas de privatização e outros temas.

Presidente: Danilo Forte (UNIÃO/CE)
É engenheiro e está em seu quarto mandato como deputado federal. Antes de assumir seu 1º mandato na Câmara dos Deputados, Forte foi presidente da Fundação Nacional da Saúde (FUNASA) entre 2007 e 2010. É experiente e bem articulado em seu partido, exercendo vice-liderança do UNIÃO desde 2022. Cabe destacar que foi relator da LDO 2024 (PLN 4/2023).

Sua experiência com matéria orçamentária explicita seu bom trânsito na Casa, assim como capacidade de acolher pleitos de diferentes bancadas para avançar com matérias controversas.

O que esperar em 2024?
Há a expectativa de que os Projetos de Lei Complementar (PLP) enviados pelo Executivo para regulamentação da Reforma Tributária tramitem pelo colegiado. Dessa forma, parte significativa dos esforços da comissão devem se concentrar em ajustes nos detalhes das propostas de regulamentação que passarem pelo colegiado. Em seu discurso de posse, o presidente Danilo Forte destacou seu interesse em priorizar temas como descarbonização da economia, transição energética, sustentabilidade e fomento à inovação e novas tecnologias.

PRIORIDADES DO COOP NA CDE:

- **PL 380/2021** (Convocação digital de assembleias)
- **PL 815/2022** (Reorganização das cooperativas)

Emendas de Comissão 2024: R$ 2.120.000*

* Valor impactado por veto do Poder Executivo e pendente de deliberação pelo Congresso Nacional

5. Comissão de Trabalho (CTRAB)

Atribuições da Comissão:
Analisar e debater a legislação relacionada à política salarial, regulamentação das profissões, segurança e medicina do trabalho, políticas de emprego e de aprendizagem, direito de greve, sindicalismo e Justiça do Trabalho.

Presidente: Lucas Ramos (PSB/PE)
Pós-graduado em Comunicação, foi deputado estadual por dois mandatos (2015-2023) e secretário estadual de Ciência, Tecnologia e Inovação em Pernambuco. Além disso, Ramos também atuou como 1º vice-presidente da Comissão de Indústria, Comércio e Serviços e foi titular na Comissão de Segurança Pública e Combate ao Crime Organizado.

O que esperar em 2024?
Como uma das comissões mais influentes da Câmara dos Deputados, espera-se que a CTRAB retome rapidamente as principais agendas que ficaram pendentes no ano anterior. O presidente eleito destacou a necessidade imediata de lidar com questões como a regulamentação dos prestadores de serviços por aplicativos. Além disso, outras questões que devem retornar ao centro do debate são a regularização do trabalho informal, a valorização do salário-mínimo e as condições de trabalho em feriados e fins de semana. A comissão conta ainda com três subcomissões permanentes, as Subcomissões de "Trabalho por Aplicativos e por Plataformas Digitais", de "Proposições relacionadas ao Fundo de Garantia do Tempo de Serviço – FGTS" e a Subcomissão de "Casos de Trabalho Análogo à Escravidão no Brasil", que devem ter seus trabalhos continuados ao longo deste ano.

PRIORIDADES DO COOP NA CTRAB:

PL 519/2015	(Lei Geral das Cooperativas)
PLP 42/2023	(Exposição ao ruído) – Será incluído na Agenda Institucional 2024
PL 3320/2023	(Empregados de indústrias de abate) - Será incluído na Agenda Institucional 2024

Emendas de Comissão 2024: R$ 74.449.179*

* Valor impactado por veto do Poder Executivo e pendente de deliberação pelo Congresso Nacional

6. Comissão de Saúde (CSAUDE)

Atribuições da Comissão:
Analisar proposições relacionadas à saúde, previdência e assistência social. A CSAUDE debate também o Sistema Único de Saúde e os serviços e campanhas de saúde pública.

Presidente: Dr. Francisco (PT/PI)
É médico e está em seu primeiro mandato como deputado federal. Já foi prefeito do município de São Francisco do Piauí (PI) e secretário de Saúde do Piauí de 2015 a 2017. O parlamentar apresenta atuação focada em temas de saúde mais amplos, como doenças epidemiológicas, pessoas com deficiências e saúde mental.

O que esperar em 2024?
As discussões ao longo de 2023 foram difusas, abordando questões relacionadas a atenção básica à saúde, terapias gênicas e melhoria do SUS. A expectativa é que Dr. Francisco atue como um porta voz das prioridades do Executivo no âmbito do Legislativo. Assim, espera-se ainda que a presidência do parlamentar seja utilizada pelo PT para blindar Nísia Trindade, Ministra da Saúde, que até então vinha sendo fortemente criticada por parlamentares em relação à distribuição de emendas orçamentárias.

PRIORIDADES DO COOP NA CSAUDE:

PL 5875/2013 (Plataforma digital única)

Emendas de Comissão 2024: R$ 4.535.020.000*

* Valor impactado por veto do Poder Executivo e pendente de deliberação pelo Congresso Nacional.

FIQUE ATENTO:
A Agenda Institucional do Cooperativismo reúne as principais ações e temas de impacto para o setor e está disponível no link: https://www.agendainstitucional.coop.br/.

DEMAIS COMISSÕES

Comissão	Presidente
Comissão de Defesa do Consumidor (CDC)	Fabio Schiochet (UNIÃO/SC)
Comissão de Indústria, Comércio e Serviços (CICS)	Josenildo (PDT/AP)
Comissão de Viação e Transportes (CVT)	Gilberto Abramo (REPUBLICANOS/MG)
Comissão de Relações Exteriores e de Defesa Nacional (CREDN)	Lucas Redecker (PSDB/RS)
Comissão de Educação (CE)	Nikolas Ferreira (PL/MG)
Comissão de Previdência, Assistência Social, Infância, Adolescência e Família (CPASF)	Pastor Eurico (PL/PE)
Comissão de Defesa dos Direitos das Pessoas com Deficiência (CPD)	Weliton Prado (SOLIDARIEDADE/MG)
Comissão de Segurança Pública e Combate ao Crime Organizado (CSPCCO)	Alberto Fraga (PL/DF)
Comissão de Direitos Humanos, Minorias e Igualdade Racial (CDHMIR)	Daiana Santos (PCdoB/RS)
Comissão de Cultura (CCULT)	Aliel Machado (PV/PR)
Comissão do Esporte (CESPO)	Antônio Carlos Rodrigues (PL/SP)

Comissão	Presidente
Comissão de Defesa dos Direitos da Pessoa Idosa (CIDOSO)	Pedro Aihara (PRD/MG)
Comissão de Legislação Participativa (CLP)	Glauber Braga (PSOL/RJ)
Comissão de Ciência, Tecnologia e Inovação (CCTCI)	Nely Aquino (PODE/MG)
Comissão de Integração Nacional e Desenvolvimento Regional (CINDRA)	José Rocha (UNIÃO/BA)
Comissão de Minas e Energia (CME)	Júnior Ferrari (PSD/PA)
Comissão de Administração e Serviço Público (CASP)	Waldemar Oliveira (Avante/PE)
Comissão de Fiscalização Financeira e Controle (CFFC)	Joseildo Ramos (PT/BA)
Comissão da Amazônia e dos Povos Originários e Tradicionais (POVOS)	Dilvanda Faro (PT/PA)
Comissão de Comunicação (CCOM)	Silas Câmara (Republicanos/AM)
Comissão de Turismo (CTUR)	Paulo Litro (PSD/PR)
Comissão de Desenvolvimento Urbano (CDU)	*Aguardando definição*
Comissão de Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável (CMADS)	*Aguardando definição*
Comissão de Defesa dos Direitos da Mulher (CMULHER)	*Aguardando definição*

representacoop

SistemaOCB

BMJ
CONSULTORES ASSOCIADOS

sistemaocb
somoscooperativismo.coop.br